

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA PECUÁRIA BOVINA LEITEIRA: DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL-PRODUTIVA EM “BACIAS LEITEIRAS” AO “CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO”

Evandro César Clemente⁵⁰
Antonio Nivaldo Hespanhol⁵¹

RESUMO

O presente artigo busca analisar a reorganização espacial-produtiva da pecuária bovina leiteira no Brasil. Inicialmente, o setor foi estruturado em “bacias leiteiras”, sistemas produtivos de leite organizados em torno de um mercado consumidor urbano. Porém, com a reestruturação produtiva, que assolou o setor, ocorreram significativas mudanças que possibilitaram maior integração do mercado nacional de lácteos, desarticulando e ‘enfraquecendo’ algumas das regiões produtoras tradicionais, como os Estados de São Paulo e Minas Gerais e emergindo novas regiões (Centro-Oeste), que ganharam maior destaque pela possibilidade de abastecerem grandes centros consumidores longínquos, redundando na ‘marginalização’ de produtores, no aumento da concentração e a na centralização de capitais. Atualmente, o setor encontra-se organizado segundo a lógica do “circuito espacial de produção”, que vem favorecendo os grandes capitais presentes no setor, os quais podem redefinir/manejar a produção de leite, para aproveitar as vantagens oferecidas pelas diferentes regiões produtoras.

Palavras-chave: Bacias leiteiras, Reestruturação da pecuária leiteira, Meio técnico-científico informacional, Circuito espacial de produção.

RESTRUCTURING PRODUCTION OF DAIRY CATTLE: SPACE ORGANIZATION-PRODUCTION ON "WATERSHED COWS" TO "SPACE CIRCUIT PRODUCTION"

⁵⁰ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da FCT/UNESP, membro do Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento Regional e Agricultura (GEDRA) e coordenador do curso de Geografia da UNIJALES (Centro Universitário de Jales). E-mail: evandroclemente@yahoo.com.br

⁵¹ Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP. E-mail: nivaldo@fct.unesp.br



ABSTRACT

This paper analyzes the spatial reorganization of dairy cattle livestock production in Brazil. Initially the industry was structured in "milk basins", milk production systems organized around an urban consumer market. But with the restructuring that stroked the productive sector, significant changes occurred, which allowed greater integration of the national market for milk, breaking up and 'weakening' some of the traditional producing regions, as the states of São Paulo and Minas Gerais, and emerging new regions (Central West) that gained greater prominence by the possibility of supplying distant large consumers, resulting in the 'marginalization' of producers, increased concentration and centralization of capital. Nowadays, the industry is organized according to the logic of the space circuit production, and encouraging the large capital in the sector, which can redefine / manage the production of milk in order to take advantages offered by different regions.

Keywords: Milk basins, Restructuring of the dairy cattle livestock, Technical and scientific information means, Circuit space of production.

REESTRUCTURACIÓN DE LA PRODUCCIÓN DE GANADO LECHERO: LA ORGANIZACIÓN ESPACIAL-PRODUCCIÓN DE "LAS VACAS DE CUENCAS HIDROGRÁFICAS" A "EL ESPACIO DEL CIRCUITO DE PRODUCCIÓN"

RESUMEN

Este trabajo analiza la reorganización espacial de la producción, la ganadería de ganado lechero en el Brasil. Inicialmente, la industria se estructuró en "cuencas de la leche", la leche de los sistemas de producción organizados en torno a un mercado de consumo urbano. Pero con la reestructuración que afectó al sector productivo, se han producido cambios significativos que permitan una mayor integración del mercado nacional de leche, inconexa y "debilitamiento" algunas de las regiones productoras tradicionales, como los estados de São Paulo y Minas Gerais y la aparición de nuevas regiones (Central Oeste), que adquirió mayor importancia por la posibilidad de suministrar grandes consumidores distantes, lo que resulta en la «marginación» de los productores, el aumento de la concentración y centralización del capital. En la actualidad, la industria está organizado según la lógica del circuito de la producción del espacio, que es el fomento de la gran capital en el sector, que puede refinar / gestión de la



producción de leche para disfrutar de las ventajas ofrecidas por las diferentes regiones.

Palabras-clave: Cuencas de la leche, La reestructuración de la industria láctea, Medio técnico científico informacional, Lo circuito espacial de la producción.

1. Introdução

O espaço econômico brasileiro apresentou-se desarticulado até o início do século XX, em decorrência da deficiência da infra-estrutura de transportes e comunicações e do modelo econômico implantado, em que se tinha a finalidade precípua de produzir gêneros primários para serem exportados para a Europa.

Assim, alguns produtos e/ou culturas adquiriram vital importância para a dinâmica econômica nacional, como o pau-brasil, a cana-de-açúcar, a mineração, o café, a borracha, o cacau etc (ANDRADE, 2004), PRADO JÚNIOR, 1987).

A pecuária bovina constituiu-se numa atividade que nunca adquiriu a relevância econômica alcançada pelos produtos citados anteriormente. Porém, teve papel decisivo para a ocupação de áreas situadas no interior do país, como o sertão nordestino e na interligação de diferentes regiões do país.

Seguindo o padrão desarticulado de organização do espaço econômico, a pecuária desenvolveu-se de acordo com este padrão de organização regional, quase sempre vinculada ao abastecimento de algum povoado ou núcleo urbano.

Tal situação pode ser verificada até o último quartel do século XX, momento em que se deflagra uma reestruturação produtiva no setor lácteo nacional, por conta da sofisticação das tecnologias de conservação e transporte. Assim, as regiões são cada vez mais interligadas e entram em concorrência entre si, havendo perda de importância daquelas mais tradicionais, enquanto que outras adquirem rápida relevância em função de abrigarem uma produção com menores custos e com grande incorporação tecnológica.

Todo este processo tem favorecido o grande capital presente no setor, que pode se deslocar espacialmente buscando maior rentabilidade, aproveitando-se das vantagens oferecidas pelas diferentes localidades.

Neste sentido, o objetivo do artigo consiste em analisar as transformações ocorridas na cadeia produtiva do leite com o advento do meio técnico-científico-informacional. Portanto, no segundo item do trabalho, apresentamos a organização da pecuária bovina numa estrutura que ficou conhecida como “bacias leiteiras”. No terceiro item, buscamos discutir a emergência do meio técnico-científico-informacional e as transformações suscitadas na cadeia produtiva do leite no Brasil, por conta da maior fluidez no espaço geográfico, permitindo, assim,



que se configure agora como um “circuito espacial de produção”. Por fim, no quarto item, tecemos as considerações finais.

2. Estrutura espacial da pecuária bovina brasileira: as origens das “bacias leiteiras”

A pecuária constitui-se numa atividade econômica presente no território brasileiro, desde os primórdios do processo de colonização empreendido por Portugal, no século XVI. A sua relevância como atividade econômica foi reconhecida, desde a época colonial, por conta da produção de alimentos à população, couro, meio de transporte e até como força motriz dos engenhos de açúcar no Nordeste, apesar de nunca ter figurado como produto de primeira importância na economia tanto no período colonial quanto após a independência política do país. Diferentemente, portanto, de outros produtos, como o caso paulista, o açúcar, os minérios, a borracha, o café e o cacau.

Desta forma, Prado Júnior (1987) classificou as atividades e culturas produzidas na época da colônia, que não tinham como finalidade serem exportadas, mas servir de suporte a estas e abastecer a população de “atividades acessórias”. A pecuária enquadrou-se nesta categoria por ter um modesto valor comercial, quando comparado aos demais produtos.

Por conta disso, não houve a preocupação de introduzir métodos inovadores e ganhar produtividade na pecuária, de modo que foi introduzido no Brasil o gado comum, sem nenhuma especificação de raça, já que a intenção era a de servir, simultaneamente, carne, leite, couro e trabalho (carros e engenhos). Esses produtos continuaram a ser gerados de maneira bastante rudimentar no que resultou na baixa produtividade da carne e do leite (MAMIGONIAN; FREITAS, 1976).

Contudo, é inegável que a pecuária teve um papel de destaque na interiorização do povoamento e na interligação de áreas distantes, como o Nordeste e, posteriormente, a Região Sul do país com a região de Minas Gerais, no século XVIII, bem como das áreas interioranas às litorâneas (do Sertão Nordestino ao litoral).

A organização espacial da atividade pecuária acompanhou de perto as transformações econômicas e se organizou de acordo com as distintas regiões do país, de maneira a abastecer os povoados e vilas de alimentos e transporte. A sua expansão e organização deram-se de acordo com as sucessivas divisões territoriais do trabalho, ocorridas no território nacional, cumprindo a função de atividade acessória.

Inicialmente, a atividade desenvolveu-se na Região Nordeste por conta de a economia açucareira constituir-se na base da economia da colônia.



A economia colonial, portanto, estava orientada para a exportação de produtos que alcançavam grande valorização econômica no continente europeu e não para satisfazer as necessidades internas da colônia. Corroborando essa idéia, Andrade (2004) reforça que:

[...] Como o povoamento do Brasil foi iniciado com a finalidade de extrair riquezas não existentes na Europa, visto como uma colônia de exploração, deram os portugueses uma importância maior aos produtos a serem exportados do que àqueles a serem por eles consumidos. [...] (ANDRADE, 2004, p. 43-44).

Na verdade, mesmo à produção de alimentos não foi dada muita importância pelos portugueses na colônia, devido aos esforços estarem voltados para a geração de produtos para exportação. Neste sentido, “[...] no século XVII, os canaviais de Pernambuco limitavam-se aos vales fluviais, às famosas várzeas, enquanto que os interflúvios arenosos eram destinados à pecuária extensiva e à produção de alimentos”[...] (ANDRADE, 2004, p. 45).

Assim, a produção de alimentos e a pecuária ocupavam os piores solos, já que os melhores eram destinados à produção de cana-de-açúcar.

Devido aos problemas decorrentes da associação do cultivo de cana-de-açúcar com a criação de gado, haja vista que o gado criado solto destruiu as plantações de cana-de-açúcar, o governo estabeleceu que a atividade deveria ser praticada no interior do país. Além desses fatores, outros não menos relevantes podem ser apontados, como: a ocupação holandesa do Nordeste e as condições naturais favoráveis do Sertão Nordestino para a pecuária (ANDRADE, 2004).

No século XVIII, a emergência da mineração na região de Minas Gerais e a decadência⁵² da economia açucareira no Nordeste, desencadearam uma profunda reorganização espacial da economia da colônia, transferindo o eixo econômico para o Centro-Sul do país. Reflexo direto disso foi a mudança da capital, sediada até então em Salvador, na Bahia, transferida para o Rio de Janeiro no ano de 1763.

Apesar de a pujança econômica estar localizada no interior de Minas Gerais, a cidade do Rio de Janeiro foi muito beneficiada por ser o porto que

⁵² PRADO JÚNIOR (1987) explica a decadência destas lavouras no Brasil, em decorrência de alguns fatores, como: concorrência do açúcar de beterraba dos países temperados e as técnicas rudimentares de produção do açúcar no país; o esgotamento dos solos no Norte para o plantio do algodão e a concorrência do algodão produzido nos EUA.



escoava os metais e pedras preciosas e importava as mercadorias provindas da Europa para a região das Minas. Sobre isso, Prado Júnior aponta que:

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia (capital mais de nome, pois as diferentes capitâneas, que são hoje os Estados, sempre foram mais ou menos independentes entre si, subordinando-se cada qual diretamente à Lisboa) transfere-se em 1793 da Bahia para o Rio de Janeiro. As comunicações mais fáceis das minas para o exterior se fazem por este porto, que se tomará assim o principal centro urbano da colônia. (PRADO JR,1987, p.64)

Andrade (2004) nos lembra que a mineração favoreceu em muito o desenvolvimento da pecuária no interior nordestino, pois criou um mercado que era abastecido pelos grandes criadores de gado do Sertão. Por este motivo, foram abertas ligações entre o médio e o alto curso do rio São Francisco, formando caminhos de gado que, também, foram utilizados para conquistar mais terras frente aos índios.

Contudo, a demanda por alimentos na região das Minas Gerais era maior que a oferta do Sertão Nordestino. Face a isso, a Região Sul do Brasil também passou a fornecer animais de tração (muare) e de abate para as Minas Gerais.

Cumprir lembrar que, no Sul, mesmo havendo um forte crescimento da produção pecuária, objetivava-se primordialmente extrair o couro e utilizar os animais para o transporte de mercadorias, de maneira que a exígua população sulista e a ausência de um mercado interno, explicado pela falta de poder aquisitivo por parte dos colonos, fazia com que grande parte da carne produzida fosse desperdiçada, sendo aproveitado apenas o couro.

Neste sentido, cumprir lembrar que a organização espacial do país se deu de maneira desarticulada, conformando um verdadeiro “arquipélago econômico”⁵³, em que as distintas regiões econômicas do país mantinham estreitas relações com o exterior e pouca ou nenhuma interligação entre si, havendo assim uma economia nacional formada por várias economias regionais em função da vasta extensão territorial do país e das condições históricas do desenvolvimento econômico nacional. Assim, Goldenstein; Seabra (1982) demonstram

⁵³ OLIVERIA (1975) *apud* GOLDENSTEIN; SEABRA (1982).



157- Reestruturação Produtiva da Pecuária Bovina Leiteira: Da Organização Espacial-Produtiva em “Bacias Leiteiras” ao “Circuito Espacial de Produção”

A dimensão territorial do país e as condições históricas de sua valorização no período colonial e de capitalismo concorrencial produziram no Brasil regiões que, nas primeiras décadas do século XX, apresentavam diferenças marcantes no que diz respeito às formas de reprodução do capital e, conseqüentemente, também nas relações de produção. (GOLDESSTEIN; SEABRA, 1982, p.28).

A estruturação espacial da produção pecuária evoluiu, seguindo este padrão geoeconômico, de modo que, em meados do Século XIX, já era possível identificar as três grandes regiões geo-econômicas da pecuária brasileira: sertão do Nordeste, Brasil Sudeste e Rio Grande do Sul, sendo que as duas primeiras nasceram associadas aos mercados urbanos regionais: Recife e Salvador para o sertão nordestino e Rio de Janeiro para o Sudeste. No caso do Rio Grande do Sul, a expansão dos seus rebanhos bovinos deu-se como prolongamento da pecuária platina, em decorrência das condições naturais altamente favoráveis (MAMIGONIAN; FREITAS, 1976).

A existência do “arquipélago econômico” contribuiu para singularizar as formas de acumulação de capital, bem como a indústria, que se desenvolveu posteriormente, submeteu-se à estrutura regionalizada preexistente. A pecuária leiteira, por sua vez, também se desenvolveu submetida a esta dinâmica territorial. Deste modo, Goldestein; Seabra (1982) enfatizam

A existência do ‘arquipélago econômico’, que significava a especificidade (na forma e/ou na circulação territorial) da acumulação do capital, com a definição de vários focos autônomos de acumulação, significava também a existência de diversos mercados regionais de consumo de produtos industrializados importados ou mesmo supridos por atividades artesanais realizadas no campo. Esses mercados regionais de consumo tinham proporções e, portanto significados diferentes, em razão da própria expressão econômica das mercadorias voltadas para a exportação externa ou mesmo interna e das relações de produção dominantes. Levaram a indústria às principais cidades do país, principalmente àquelas que possuíam uma infraestrutura relacionada com a importação e distribuição das mercadorias. (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 29).

O desenvolvimento da pecuária no território brasileiro deu-se sob esta estrutura espacial desarticulada, que lhe conferiu o caráter bastante regionalizado de sua produção. Portanto, o traço marcante da pecuária brasileira, que é a sua



organização em bacias leiteiras, não encontra explicação apenas na forma fragmentada em que ocorreu a estruturação econômica nacional.

Além das condições espaciais e econômicas do país, o desenvolvimento da pecuária em bacias leiteiras, numa estrutura produtiva bastante regionalizada, também deve ser buscada na singularidade da atividade. A alta perecibilidade do leite aliada, na época, às precárias condições de manutenção da qualidade do leite, também foram fatores que contribuíram sobremaneira para isso. Além disso, as condições de transporte e conservação do leite também eram precárias, de maneira que havia necessidade de produzir leite perto dos mercados consumidores, o que, obviamente, influenciou decisivamente para a organização territorial peculiar em “bacias leiteiras”.

Some-se ainda, que, no plano institucional, o Estado adotou algumas medidas que favoreceram o desenvolvimento das bacias leiteiras (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002). Assim

Com o Decreto Estadual nº 5.032, de 1931, a Diretoria da Indústria Animal e do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo impôs normas significativas: a) o resfriamento do leite no máximo até uma hora após a ordenha a uma temperatura de 2 a 5 graus em postos de refrigeração; b) o produto deveria ser acondicionado em frascos, [...] Foram estas medidas, bem como a disseminação do cooperativismo leiteiro, proporcionada pelas isenções fiscais do governo federal, que colaboraram para o desenvolvimento lácteo regionalizado. (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002, p. 155).

O Estado, portanto, veio reforçar a estrutura produtiva regionalizada da pecuária leiteira através de uma legislação sanitária e benefícios fiscais. O cooperativismo leiteiro, que surgiu no início do século XX, também foi um fator que contribuiu para o desenvolvimento desta estrutura regionalizada. Para Coradini; Fredericq (1981):

Como o leite é um produto altamente perecível, os produtores se encontraram numa situação de dependência muito grande em relação aos compradores, e sentiram, desde cedo, a necessidade de se unirem para comercializar seu produto, primeiro em cooperativas regionais e depois em cooperativas centrais. (CORADINI; FREDERICQ, 1981, p. 133).

Todos estes fatores concorreram para o aprofundamento da heterogeneidade estrutural da pecuária leiteira, acentuando ainda mais a regionalização produtiva, reforçando a importância das bacias leiteiras para a compreensão da organização espacial da atividade. Ainda de acordo com Paulillo;



159- Reestruturação Produtiva da Pecuária Bovina Leiteira: Da Organização Espacial-Produtiva em “Bacias Leiteiras” ao “Circuito Espacial de Produção”

Herrera; Costa “As bacias lácteas tornaram-se referência para o entendimento da complexidade das relações estruturais que permeiam essa atividade econômica.” (2002, p.153)

Atualmente, ainda é possível observar diferenças marcantes entre as diversas bacias leiteiras do país, resultando em uma heterogeneidade estrutural que se apresenta tanto em termos tecnológicos quanto culturais. De acordo com Paulillo; Herrera; Costa (2002),

O nível tecnológico, a especificidade da agropecuária (tipos de rebanhos, produtores, cooperativas, etc.), o aparato gerencial, a forma de comercialização e o predomínio de um modo de integração tornaram-se os principais fatores de diferenciação tecnológica e organizacional entre as bacias leiteiras nacionais. (PAULILLO, HERRERA ; COSTA, 2002, p. 153.)

Apesar do ainda incipiente processo de industrialização, a principal atividade econômica desenvolvida no país, no início do século XX, era a cafeicultura, que, até o final do século XIX, estava concentrada no Vale do Paraíba. Com o esgotamento dos solos nesta região e as possibilidades de expansão para o interior/Oeste do Estado de São Paulo, em busca de melhores solos, de ganhos com a especulação fundiária, lucros com bancos e companhias ferroviárias, a cafeicultura se expandiu por todo o Estado de São Paulo, chegando a atingir o Norte do Estado do Paraná. Simultaneamente a este processo, a pecuária leiteira também experimentou um processo de expansão na mesma direção, dando origem à formação de outras bacias leiteiras.

Anteriormente à crise de 1929, a pecuária já havia experimentado um surto de expansão durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Os países europeus em guerra, passaram a demandar carne bovina no mercado internacional. A partir disso, as regiões do Triângulo Mineiro e Goiás, por exemplo, passaram a se dedicar à criação e à engorda de bovinos, para a exportação de carne para a Europa. Então, em 1913, foi fundado o primeiro frigorífico no município de Barretos, Estado de São Paulo, pelo Conselheiro Antônio Prado (MONBEIG, 1984).

Com o início do processo de industrialização da Região Sudeste no século XX e o conseqüente crescimento de centros urbanos, como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, houve as primeiras tentativas de especialização produtiva da pecuária bovina no Brasil. Ocorreram, nesta época, os primeiros procedimentos técnicos em busca de melhoramento genético e aumento da produtividade do rebanho leiteiro, com a introdução de um rebanho de raça holandesa introduzido



a partir de Portugal. Posteriormente, houve a introdução de novas e melhores raças na produção de leite, como a inglesa Jersey.

Neste momento, as áreas situadas nas proximidades dos grandes centros urbanos – São Paulo e Rio de Janeiro – como o Sul do Estado de Minas Gerais e a região do Vale do Paraíba - passaram a se especializar na produção de leite, para atender à demanda dos crescentes mercados urbanos, constituindo-se, então, na maior e principal bacia leiteira do país.

Dada a precariedade do sistema de transportes da época e a alta perecibilidade do leite, as áreas situadas imediatamente próximas aos centros consumidores, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram especializando-se na produção de leite (MAMIGONIAN; FREITAS, 1976).

A pecuária de corte, por sua vez, pela possibilidade de ser elaborada a carne seca (charque) e de o gado ser transportado a pé em comitivas, viabilizou a expansão desta atividade para áreas mais longínquas dos mercados consumidores, como o Oeste Paulista, o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso do Sul.

As estradas de ferro, implantadas, graças ao avanço da cafeicultura, também foram utilizadas no transporte de passageiros e de outros produtos, como o algodão, o leite e a carne. A melhoria do sistema de transportes e a sofisticação das técnicas de refrigeração do leite, no decorrer do século XX, viabilizaram gradativamente a produção de leite em áreas cada vez mais distantes dos centros consumidores, permitindo o seu deslocamento para o Oeste Paulista, formando assim novas bacias leiteiras.

Faz-se necessário lembrar que estas “bacias leiteiras” recentes abasteciam os mercados locais de leite *in natura* e os derivados, como queijos, leite condensado, iogurtes e manteiga, eram processados/industrializados e remetidos para centros consumidores de maior importância.

A expansão da pecuária leiteira, a partir do século XX, também foi estimulada pela presença de firmas estrangeiras como a Nestlé, que, em 1921, instalou no município de Araras a sua primeira fábrica. Daí em diante, assistiu-se a uma expansão da pecuária leiteira comandada pelo capital industrial, em especial pela multinacional citada⁵⁴.

Até esta época o Brasil importava da Europa leite condensado e em pó. Com as dificuldades de importação em virtude da Primeira Guerra Mundial,

⁵⁴ A Nestlé, posteriormente, foi instalando fábricas de leite em pó no Estado de São Paulo e também no Estado de Minas Gerais. No Estado de São Paulo, a partir da primeira planta industrial no município de Araras, em 1921, ela instalou outra em Araraquara, no ano de 1946, Porto Ferreira em 1952 e Araçatuba em 1963. Além da Nestlé, outras empresas instalaram plantas industriais no Estado de São Paulo, como: a Leite Vigor, Cooperativa Central, Mococa e Leite União.



ocorreu a instalação de laticínios em território nacional para suprir o mercado interno.⁵⁵ Posteriormente, a empresa foi instalando outras unidades de laticínios, para processar leite em áreas mais distantes, como no interior de São Paulo e de Minas Gerais.

Com a crise e diminuição dos preços dos produtos agrícolas, muitos proprietários rurais optaram pela produção pecuária, em que os grandes adotaram a pecuária de corte e os pequenos a pecuária leiteira, pois esta garante um fluxo regular de renda durante o ano todo. Assim, ocorreu uma forte expansão da pecuária leiteira no Estado de São Paulo, a partir dos anos 1920, de maneira que, nos anos 1960, a atividade se encontrava presente em, praticamente, todo o Estado.

A partir dos anos 1960, mesmo com o processo de tecnificação da agricultura brasileira, a pecuária leiteira não incorporou grandes avanços tecnológicos em seus sistemas produtivos, permanecendo uma forte heterogeneidade entre os sistemas produtivos espalhados pelo país, porém, com raras exceções, baseados em sistemas ainda muito rudimentares.

Além da pecuária leiteira não ter sido atingida pelas melhorias tecnológicas do processo de tecnificação da agricultura, que ocorreu a partir dos anos 1950, ela apresentava algumas peculiaridades que dificultaram a incorporação tecnológica significativa no setor, como o fato de, muitas vezes, estar enquadrada numa outra lógica de produção, associada mais à reserva de valor e à especulação com terra do que propriamente com a produção.

Além disso, o longo período de tabelamento imposto pelo Governo Federal desestimulou os produtores do setor a buscarem melhorias na produtividade.

A intervenção estatal que tabelou os preços do leite entre os anos de 1945 e 1991, sob a alegação de garantir preços acessíveis às camadas mais pobres da população, não conseguiu ofertar maior quantidade de leite a estas, que permaneceram sem consumir quantidades mínimas necessárias para manter boa saúde, devido à forte desigualdade e concentração de renda do país, além de contribuir para inibir investimentos e melhorias tecnológicas no setor, diminuindo a oferta do produto.

⁵⁵ Neste momento, além da Nestlé, houve o advento de alguns laticínios de capital nacional, que, mais tarde, juntamente com a Nestlé, tornar-se-iam um dos principais nomes do ramo de laticínios no Brasil, como o Leite Vigor (1917) e a Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo (1933).



Contudo, não se defende aqui uma presença cada vez menor do Estado na economia, como nos moldes neoliberais atuais do “pensamento único”. Porém, a intervenção do Estado neste setor foi equivocada, pois se restringiu ao tabelamento de preços, dado que se poderiam tomar outras medidas na época, com resultados mais satisfatórios em todos os sentidos. Isso, de modo a garantir a segurança alimentar e a geração de renda para pequenos produtores, a partir de uma intervenção mais bem planejada por parte do Governo.

3. Reestruturação produtiva nos anos 1990: o meio técnico científico-informacional e os “circuitos espaciais da produção”

A partir dos anos 1990, a cadeia produtiva do leite no Brasil, em face de todas as mudanças provocadas pelo processo de mundialização em marcha, passou a sofrer um profundo processo de transformações estruturais, que resultaram na formação de um ambiente extremamente competitivo. Tais mudanças derivaram da desregulamentação do mercado, da abertura comercial externa (criação do Mercosul), da estabilização da economia brasileira a partir de 1994 e da implementação de normas sanitárias mais rígidas para o setor (GALAN; JANK, 1998).

Em razão da defasagem (atraso) do setor lácteo nacional, induzida pelo Estado nos 45 anos de tabelamento do leite, juntamente com a velocidade e a força das mudanças, as transformações e os impactos advindos deste processo de reorganização têm sido profundos.

A estabilidade da economia brasileira com o Plano Real a partir do ano de 1994 também afetou a cadeia produtiva do leite. O leite e seus derivados apresentam elevada elasticidade-renda e a estabilidade econômica propiciada pelo plano real provocou o aumento no consumo de leite e derivados pelas classes de baixo poder aquisitivo, estimulando a produção de leite nas bacias leiteiras situadas nas zonas de cerrado do Brasil Central.

No entanto, a estabilidade e o crescimento da demanda por lácteos conjugados com a maior abertura comercial, fizeram com que houvesse a redução nas margens de lucro, em razão da queda do preço do leite. Esta redução da margem de lucro pôs em dificuldade todo o setor, sobretudo os sistemas de produção menos eficientes.

Outro fator relevante, nos anos 1990, para o setor lácteo, foi o grande crescimento apresentado pelo mercado do leite longa vida (UHT). Isto fez com que mudasse o ponto de referência do preço do leite, do leite pasteurizado para o leite longa vida. Essa mudança trouxe impactos em toda a cadeia pela redução da margem de lucro, visto que os principais pontos de venda do leite UHT são os



supermercados, que passaram a ter muita influência no preço do leite, em virtude do forte poder de barganha que as grandes redes possuem frente aos fornecedores (VILELLA; BRESSAN ; CUNHA, 1999).

Além destes fatores já citados, houve também, por parte do Governo brasileiro, a implementação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), visando a melhorar as condições sanitárias do setor a partir de mudanças na legislação.

Assim, foi lançada pelo Ministério da Agricultura a Portaria 56, que exigia a granelização de toda a coleta até junho de 2002. Tendo em vista as dificuldades dos produtores em atender às novas exigências, as designações da Portaria 56 foram proteladas e, posteriormente, lançada a Portaria 51, que previa para julho de 2005 a granelização total do setor lácteo. Cabe salientar que a Instrução Normativa 51 entrou em vigor dia 01 de julho daquele mesmo ano. No entanto, em face das dificuldades em atender aos requisitos, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, concedeu um prazo de seis (6) meses para a adequação aos novos parâmetros de qualidade do leite.

Todas as mudanças deflagradas no setor, pelos fatores elencados anteriormente, levaram-no a algumas mudanças apontadas pelos estudiosos Galan e Jank (1998): a) liberalização e diferenciação de preços da matéria-prima, guerras de ofertas nas gôndolas dos supermercados, entrada de produtos importados, aquisições e alianças estratégicas no meio empresarial, ampliação do poder dos laticínios multinacionais e dos supermercados, ampliação da coleta a granel, redução global do número de produtores, reestruturação geográfica da produção e a ampliação do mercado informal.

A reestruturação que vem assolando o setor tem aprofundado ainda mais a heterogeneidade. Se as bacias leiteiras, conforme já ressaltado, surgiram e desenvolveram-se, quase que isoladas umas das outras, hoje, a heterogeneidade tem se aprofundado em razão da modernização de alguns produtores e, o atraso em que a grande parte deles ainda permanece, aumentando a distância entre eles. Para Galan e Jank (1998), a heterogeneidade se aprofundou em razão de uma legislação permissiva e o interesse dos produtores em produzirem simultaneamente leite e carne.

A crise fiscal do Estado brasileiro, as inovações tecnológicas e o advento do neoliberalismo suscitaram mudanças estruturais nas formas predominantes de produzir da agricultura, que passou a buscar a flexibilidade, num contexto de crescente mundialização das relações econômicas.

Instaurou-se uma nova técnica em que a revolução ocorre na esfera da circulação, deslocando a economia do âmbito da produção (MOREIRA, 2000).



É exatamente pela importância que a circulação adquire e em função da fluidez no território que este período possibilitou à cadeia produtiva do leite maior mobilidade da matéria-prima e dos seus produtos, acarretando um processo de reorganização espacial da sua produção no território.

Santos (1994) salienta que, pela primeira vez na história da humanidade, há a presença de um único sistema técnico superpondo-se aos demais sistemas técnicos precedentes. Este sistema técnico unificado, hegemônico é a base material utilizada pelos atores dominantes da economia, da cultura e da política, em que se apóia o processo de globalização/mundialização vigente.

Graças aos novos sistemas técnicos, todos os lugares se uniram, convergiram. A história humana, sempre marcada por momentos divergentes, disparatados e dispersos, agora passou a ser convergente à medida que uma ocorrência pode ser imediatamente comunicada a qualquer outro lugar do mundo.

Para interpretar e analisar este novo ambiente que se forma e engendrar as transformações daí decorrentes, Milton Santos propôs o conceito de meio técnico-científico informacional, destacando a crescente união que vem ocorrendo entre a ciência e a técnica, com ênfase na crescente relevância da informação nos dias de hoje. Para ele, o meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica deste novo período, pois a

ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificação e a tecnicização da paisagem. (SANTOS, 1994, p.51).

O meio técnico-científico-informacional, que vinha sendo gestado desde o pós-guerra, acelerou-se. A produção flexível exigiu uma reorganização profunda das formas de produção e também da circulação na economia. Isso acarretou uma reestruturação geral das indústrias, a partir dos anos 1970, no mundo todo e em todos os ramos de produção industrial, ocorrendo, assim, a emergência de novos espaços de produção e uma redefinição da divisão do trabalho.

O conceito foi formulado por Milton Santos, a partir dos anos 1980, com o lançamento da sua obra “Espaço e método”. Doravante, este conceito foi sempre aprimorado e aprofundado nas suas obras subsequentes. No estudo do território brasileiro, Santos; Silveira (2001) classificaram a evolução deste em: meio natural⁵⁶, meio técnico⁵⁷ e, com os acréscimos da ciência e da informação,



passou a ser meio técnico-científico-informacional.

O território passou a ser dotado de equipamentos que permitem uma ampla fluidez de capitais, pessoas, mercadorias e informações (Santos, 2001). Deste modo, a circulação ganhou uma enorme importância no processo produtivo, de maneira que esta, atualmente, preside a produção e não o contrário, como anteriormente ocorria.

O meio técnico-científico-informacional atingiu e se disseminou fortemente na produção agropecuária, que passou a ganhar novos conteúdos de tecnologia e informação e, portanto, novos usos. A este respeito, Santos; Silveira assinalam que:

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificar solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 118).

A agricultura passou, portanto, a incorporar as novas formas de produzir, acarretando a reestruturação no setor. De modo a explicar e apreender tais mudanças na agricultura, Mazzali (2000) cunhou o conceito “complexo em rede” para identificar o novo período que surge com o esgotamento do antigo modelo baseado nos CAIs (Complexos agroindustriais).

A respeito dessa nova forma de produzir na agricultura, Elias (2002), salienta que o processo de globalização induziu a adoção de um modelo de desenvolvimento agrícola que prima pela incorporação cada vez maior de ciência, tecnologia e informação, visando aumentar e melhorar a produção agropecuária, o que tem redundado em significativas transformações econômicas e sócio-espaciais. Tais mudanças se deram de maneira a tornar cada vez mais eficaz a produção agropecuária, de modo a garantir o aumento da rentabilidade almejada agora por uma agricultura globalizada.

O caso do setor leiteiro pode ser considerado um bom exemplo disso. As inovações tecnológicas contribuem cada vez mais para aumentar o controle e a qualidade da matéria-prima (o leite), ao mesmo tempo em que tende a assegurar cada vez maior poder e rentabilidade aos grandes laticínios, em detrimento dos



produtores, em especial os pequenos, que sentem cada vez mais dificuldades em permanecerem produzindo.

No entanto, verifica-se que a expansão do meio técnico-científico-informacional também não vem se dando de maneira homogênea pelo território, pelo contrário, se apresenta de maneira bastante seletiva, à medida que tende a reforçar algumas regiões e enfraquecer outras. Por conta disso, as bacias leiteiras vêm assimilando de maneira distinta tais impactos, o que tem reforçado a heterogeneidade entre as mesmas. Mesmo aqueles locais que não foram atingidos pelo meio técnico-científico-informacional, acabam sendo subordinados indiretamente, trazendo alterações para os processos produtivos locais.

É possível observar também uma reorganização espacial da produção, com algumas áreas que, antes, não tinham quase nenhuma relevância para a produção nacional de leite, passaram a adquirir forte expressividade, como é o caso do Centro-Oeste.

No Brasil, o meio técnico-científico-informacional, por exemplo, criou as condições para a expansão da produção agrícola, sobretudo a de grãos, cada vez mais para o Centro-Oeste e o Norte do país, pois as novas tecnologias possibilitam aos produtores estarem conectados em tempo real às bolsas de valores de todo o mundo e aos bancos, mesmo estando distantes dos grandes centros, além de remeterem a produção a lugares e mercados distantes. Neste sentido, novos espaços passaram a ser atrativos para a instalação de agroindústrias, ao passo que outros passaram a perder plantas agroindustriais.

Criou-se uma produção de alimentos, que está localizada a grandes distâncias, geralmente no Centro-Oeste, sob o domínio de empresas globais (Cargill, Nestlé, Bunge etc), sediadas no Sul e no Sudeste do país. Toda essa tecnologia disponível tem possibilitado ao capital no campo usufruir de meios de produzir em terras, cujo preço é bastante baixo, quando comparado ao do Sul e Sudeste.

Assim, as tradicionais áreas de produção de leite localizadas nos Estados de São Paulo e Minas Gerais vêm perdendo espaço para o contínuo avanço da produção no Centro-Oeste, sobretudo para o Estado de Goiás. Galan e Jank (1998) e Vilela, Bressan e Cunha (1999), apontam alguns fatores que têm provocado o deslocamento da produção de leite para as zonas de cerrado do Brasil Central, destacando-se:

- o crescimento da demanda por produtos lácteos menos perecíveis, como o leite longa vida (UHT), que pode ser transportado a partir de regiões mais distantes;

- a estabilização econômica com o Plano Real, a partir de 1994, desencadeou uma crise na pecuária de corte, praticada com baixos índices de



lotação por hectare. Neste sentido, a escala de produção passou a ser primordial, fazendo com que os pecuaristas, antes dedicados à pecuária de corte, passassem para a produção de leite;

- no cerrado, a proximidade da produção de grãos e de leite também estimulou o crescimento da pecuária leiteira; e

- os incentivos do poder público através de linhas de financiamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com taxas de juros mais baixas e prazos e carências mais altos que os oferecidos no mercado, fizeram com que muitos produtores passassem a se dedicar à produção de leite, motivados, também, pela crescente demanda do produto a partir do Plano Real.

As facilidades de circulação fizeram com que a produção de leite passasse de uma situação de circuito regional de produção assentada em bacias leiteiras, que pouco se comunicavam entre si, para um circuito espacial de produção. Apesar do aprofundamento da heterogeneidade estrutural e tecnológica das bacias leiteiras nos anos 1990, a produção das mesmas passou a ter um alcance nacional.

A fluidez espacial permitiu a integração entre os diferentes mercados e espaços de produção, nos quais a concorrência entre eles passou a se dar de forma acirrada. A menor perecibilidade do leite e derivados fez com que produtos de procedências e níveis de qualidade diversos passassem a disputar o mesmo setor geográfico de consumo. Neste cenário, o leite do cerrado vem se destacando por ser mais competitivo que o leite produzido nas chamadas bacias tradicionais de Minas Gerais e de São Paulo.

Tabela 1 - Produção de Leite no Brasil, nas Macrorregiões e nos Estados de São Paulo e Minas Gerais - 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2007

	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2007	2007/1995 Variação	2007/1990 Variação
Brasil	7.947.382	11.162.245	12.078.398	14.484.414	16.474.365	19.767.206	24.620.859	26.133.913	58,6	80,4
Norte	50034	145.145	264.305	555.216	706.696	1.049.768	1.743.253	1.676.568	137,2	202,0
Nordeste	1.078.232	1.568.707	1.575.003	2.045.268	1.886.614	2.159.230	2.972.130	3.335.286	76,8	63,1
Sudeste	4.277.148	5.668.707	6.094.835	6.923.301	7.539.464	8.573.731	9.535.484	9.803.336	30,0	41,6
Sul	1.790.156	2.571.597	2.667.803	3.262.255	4.102.597	4.904.356	6.591.503	7.510.245	83,1	130,2
Centro-Oeste	751.812	1.208.088	1.476.452	1.698.374	2.238.994	3.080.121	3.778.490	3.808.478	70,1	124,2
Minas Gerais	2.356.149	3.218.337	3.667.490	4.290.800	4.762.543	5.865.486	6.908.683	7.275.242	52,8	69,6
São Paulo	1.331.984	1.844.122	1.781.004	1.960.781	1.981.844	1.861.425	1.744.179	1.627.419	-17,9	-17,0

Fonte: FIBGE – Produção Pecuária Municipal 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2007

Percebe-se que a Região Sudeste se destaca na produção de leite, ocupando o primeiro lugar. Porém, a partir dos anos 1990, pode-se observar um maior aumento (variação) da participação das regiões Centro-Oeste (124,2), Norte (202,0), Nordeste (63,1) e Sul (130,2) sobre a produção nacional de leite e um menor crescimento da Região Sudeste (41,6) no período de 1990 a 2007. Verifica-se que, apesar de ocupar o primeiro lugar, as regiões citadas apresentaram um crescimento (variação) maior que a Região Sudeste, a partir dos anos 1990. Se tomamos individualmente o Estado de São Paulo, observamos que este apresenta variação negativa para o período, denotando a reorganização espacial produtiva pela qual o setor vem passando nestes últimos anos.

Podem-se acrescentar que a reorganização espacial da produção de leite se deu por conta das medidas reestruturantes que foram tomadas no sentido de evitar a rigidez e buscar a flexibilidade no setor agroindustrial nesta nova fase de acumulação capitalista, em que predominam medidas derivadas do padrão toyotista. Assim:

A flexibilidade (ou fuga da rigidez) foi o princípio norteador desse processo de reestruturação. Como um desdobramento, a reformulação das formas de organização das atividades produtivas e da estrutura administrativa esteve na base da estratégia de reestruturação da “agroindústria processadora”. Nesses termos, as empresas tiveram por objetivo fundamental a aquisição de maior mobilidade, visando ao aumento da capacidade de resposta aos novos contornos – internacionais e nacionais –, no centro dos quais situam-se profundas mudanças macroeconômicas e tecnológicas. (MAZZALI, 2000, p. 12).

Portanto, todas as mudanças ocorridas concorreram para que todos os elos da cadeia produtiva passassem a buscar cada vez menores custos de produção e maior qualidade do produto, criando as condições para aproveitarem as vantagens e as maiores rentabilidades oferecidas por lugares distantes.

De acordo com Santos e Silveira (2001), no passado, a natureza do produto, condições e velocidade eram cruciais na determinação de uma certa organização do território, pois os ritmos agrícolas não podiam ser modificados e, portanto, havia uma necessidade de industrialização próxima aos mercados consumidores em razão das dificuldades de conservação.

Na pecuária leiteira, anteriormente, a produção estava estruturada de maneira regionalizada, organizada sob distintas bacias leiteiras quase isoladas entre si, exceto pelo comércio de muaras para o transporte e trabalho, carne seca



(charque), já que o leite tinha de ser consumido muito próximo da zona de produção.

A partir dos anos 1990, a produção passou a não conhecer mais limites regionais impostos por questões de conservação ou transporte. A produção de leite realizada em áreas longínquas como no Estado de Goiás, atualmente, abastece os mercados nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, fato impensável há algumas décadas. Neste sentido, por conta das inovações que o meio técnico-científico-informacional trouxe na esfera da circulação de mercadorias, o setor lácteo superou a condição de circuito regional de produção e se transformou agora num verdadeiro circuito espacial de produção.

Neste sentido, Elias (2002), aponta que antes do processo de difusão de inovações na agricultura, era muito significativa a produção destinada ao autoconsumo, que ocupava grande parte da força de trabalho na agricultura, em especial dos países de baixa renda. Hoje, a produção agrícola tem seu funcionamento cada vez mais regulado pela economia de mercado, em função das demandas urbanas e industriais, que tendem a padronizar cada vez mais os produtos. Em função disso, as determinações na produção agropecuária são advindas cada vez mais de lugares longínquos, caracterizando assim cada vez mais um “circuito espacial de produção.

Reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, especialmente no tocante aos mercados cada vez mais longínquos e competitivos. Fato semelhante ocorre no tocante aos preços, internacionais e nacionais, comandado pelas principais bolsas de mercadorias do mundo, sobre os quais não há controle local. Da mesma forma, aumentam as distâncias entre os produtores e os centros de decisão e de pesquisa (ELIAS, 2002, p. 27).

Atualmente, ocorre uma crescente segmentação territorial das etapas do trabalho, intensificando-se as trocas e relações entre as regiões. Esses intercâmbios frequentes não se dão obrigatoriamente entre áreas contíguas, de maneira que uma área de produção moderna muitas vezes não estabelece relações estreitas com áreas vizinhas imediatas, ao passo que pode ter relações com áreas distantes (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Daí a necessidade de substituir a noção de circuitos regionais de produção pela de circuitos espaciais de produção.

Hoje o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Já não podemos falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e



direções, temos de falar de circuitos espaciais da produção. Esses seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final. [...] (SANTOS, 2008, p. 55-56)

Para Santos, os circuitos espaciais de produção engendram as diversas etapas de produção pela qual passaria um produto, desde a produção da matéria-prima, passando pelo processamento industrial até chegar ao consumo final. Neste sentido, cabe ao geógrafo estudar a espacialização do processo produtivo, ou seja, como se espacializam as etapas da produção – circulação – distribuição – troca – consumo de cada produto.

Tem-se vários circuitos espaciais de produção sobrepostos que atendem a determinadas lógicas de produção, comandadas por grandes empresas globais, que estabelecem verdadeira rede mundial hierarquizada dos lugares, regulando os processos produtivos e tendo forte controle sobre os fluxos e preços das mercadorias, de modo que, assim, possam aumentar suas taxas de lucros, manejando a produção e os fluxos por diferentes áreas na busca por maior rentabilidade.

O setor lácteo, que ao longo do século XX foi marcado pela ascensão e pelo predomínio de cooperativas de produtores de leite, em parte facilitado pelos incentivos estatais concedidos a tais organizações, com a desregulamentação do setor e a abertura externa, passou a se configurar por uma concorrência de grandes empresas multinacionais, levando à falência muitas delas.

Atualmente, o setor é dominado por grandes firmas, como a Fleischann & Royal, Danone, Nestlé, que organizam/estruturam toda uma divisão territorial do trabalho em âmbito interno da empresa, que, cada vez mais, aprofunda a necessidade de maior normatização das tarefas e das regiões para atender a seus anseios. Como exemplo, Santos; Silveira (2001) apresentam a organização espacial da Nestlé, que possui uma cadeia produtiva interna composta de mais de cem municípios brasileiros, incluindo usinas de pasteurização, centros de processamento e de distribuição espalhados por vários municípios e estados brasileiros.

Num estudo realizado na região de Jales, Noroeste do estado de São Paulo, constatou-se que a Nestlé mantinha postos de captação e resfriamento do leite produzido regionalmente, localizados nos municípios de Jales, Palmeira d'Oeste e Santa Fé do Sul. Assim, a produção era captada nas propriedades rurais, armazenada, submetida à análise e, depois, enviada para o processamento em sua indústria no município de Araçatuba (CLEMENTE, 2006).

Seguindo as novas estratégias para este cenário bastante competitivo, a empresa desativou todos os entrepostos. Isso foi permitido, graças ao



resfriamento do leite por seus fornecedores e granelização do transporte que passou a ser feito em caminhões isotérmicos, possibilitando a ela uma forte redução dos custos ao remeter a produção resfriada da propriedade rural diretamente para a sua unidade de processamento industrial localizada no município de Araçatuba, distante até 120 Km das zonas produtoras (CLEMENTE, 2006).

Atualmente, a incessante busca por parte das empresas em reduzir custos e a ampla tecnologia oferecida que substitui parcialmente a mão-de-obra humana, têm contribuído para a eliminação dos contratos de trabalho com encargos sociais, aumentando o desemprego, constituindo o denominado desemprego estrutural ou tecnológico. A Nestlé, de modo a garantir a sua competitividade, adotou de imediato a granelização da fase da coleta, permitindo a ela desativar entrepostos de recepção e resfriamento e dispensar os funcionários, além de reduzir gastos com fretes na fase de coleta e ganhar em qualidade e sanidade do produto.

Cabe lembrar que, no caso da região estudada, existe ainda um número considerável de pequenos e médios laticínios, com uma atuação regional nas fases de coleta e processamento do leite, mas que, pelas facilidades dos transportes atuais, remetem a sua produção para áreas distantes também, onde se localizam os mercados consumidores mais relevantes. Exemplo disso são os laticínios que desenvolvem suas atividades na região de Jales, como o Laticínio Estrela, o Naraleite e o Monte Carlo. Estes se aproveitam dos “interstícios” deixados pelo grande capital e conseguem se manter na atividade.

Diferentemente da lógica de produção e localização da pecuária leiteira nos tempos coloniais até as últimas décadas do século XX, em que os sistemas de produção se estruturavam quase que obrigatoriamente em torno dos mercados de consumo, por conta de questões técnicas e logísticas, hoje, o comando da divisão territorial do trabalho no setor cabe às grandes empresas, numa lógica na qual o que mais importa são as possibilidades de maiores taxas de lucro, aproveitando as vantagens locacionais-competitivas de certas regiões, mesmo que distantes dos mercados de consumo.

Portanto, o grande capital exerce o controle e determina as tarefas e funções de produção, circulação e distribuição da produção de leite sob esta nova forma de divisão territorial do trabalho, comando que se expressa em verdadeiros “circuitos espaciais da produção”, que tende a beneficiar o grande capital, ou seja, os grandes laticínios e, por outro lado, tende a subjugar e subordinar cada vez mais os produtores/fornecedores de leite aos seus interesses.

4. Considerações finais



A pecuária bovina sempre ocupou papel secundário na economia nacional. Desde o período colonial, a sua estruturação produtiva se deu seguindo a regionalização preexistente no território nacional, marcada pela desarticulação das regiões econômicas, que se encontravam fortemente vinculadas ao exterior.

Neste sentido, ela acompanhou as sucessivas divisões territoriais do trabalho impostas ao território nacional e foi se organizando, seguindo os padrões regionais presentes no espaço brasileiro, estando presente em, praticamente, todas as áreas do espaço nacional, porém de maneira fortemente fragmentada, regionalizada, estruturada em torno de centros urbanos, com a finalidade de abastecê-los de alimentos.

Ao longo do tempo, esta atividade incorporou escassos recursos tecnológicos em seu processo produtivo. Somente após a reestruturação produtiva da atividade, nos anos 1990, acelerou-se a incorporação tecnológica e houve mudanças logísticas profundas, com a granelização da coleta e o advento do leite UHT, que possibilitaram que a cadeia láctea nacional se tornasse um verdadeiro circuito espacial da produção, de modo que o leite produzido no cerrado goiano e mato-grossense vem abastecendo os mercados consumidores urbanos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, algo impensável até poucas décadas atrás, em virtude das grandes distâncias e da alta perecibilidade do leite.

Desta forma, atualmente, pode-se falar de um circuito espacial da produção na cadeia láctea brasileira, em que regiões tradicionais perderam parte de sua importância e regiões até bem pouco tempo inexpressivas no tocante ao setor, passaram a comportar volumes consideráveis de produção e a se destacar no cenário nacional.

Constata-se que os mercados de consumo mais relevantes como São Paulo e Rio de Janeiro ou outras localidades, não são mais capazes de determinar a localização da produção ao redor de si, como acontecia há algumas décadas. Hoje, por conta do desenvolvimento dos transportes, a lógica da localização da produção e distribuição do leite é determinada pelas grandes empresas, que conseguem aproveitar as vantagens oferecidas por regiões distantes.

Na região dos cerrados, no caso do leite, as empresas obtiveram reduções no custo de produção e aumentaram suas taxas de lucro, aproveitando-se da produção em terras mais baratas, nos anos 1990, e, agora, avançando para a Região Norte do país, já que hoje a produção não encontra nenhum empecilho para ser remetida aos grandes centros consumidores.

Assim, com os circuitos espaciais da produção organizados sob domínio de grandes empresas capitalistas globais, estas conseguem manejar o espaço e as suas vantagens locais de acordo com seus interesses.



173- Reestruturação Produtiva da Pecuária Bovina Leiteira: Da Organização Espacial-Produtiva em “Bacias Leiteiras” ao “Circuito Espacial de Produção”

5. Referências

ANDRADE, Manuel Correa de. **A questão do território do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

CLEMENTE, E. C. **Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na Região de Jales-SP**. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2006.

ELIAS, Denise. Globalização e agricultura no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia – UERJ, GeoUERJ**, N.12, p. 23-32, 2002.

FREDERICQ, A. A babá dos brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro. In: CORADINI, O. L. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 93-183

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 21-47, 1982.

GALAN, V. B; JANK, M. S. **Competitividade do sistema agro-industrial do leite**. São Paulo: ESALQ/PENSA, 1998. 271p. Relatório de Pesquisa.

MAMIGONIAN, A.; FREITAS, C. V. Introdução ao estudo da economia leiteira paulista. **Boletim do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.7, p. 17-51, 1976.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"**. São Paulo, Editora da Unesp, 2000.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC / Polis, 1984.

MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru,v,II, n. 16, p. 4-8, 2000.

PEDROSO, G. D. **Setor leiteiro: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)-UFRGS, Porto Alegre, 2001.

PAULILLO, L. F. O.; HERRERA, V. E.; COSTA, A. A reestruturação agroindustrial láctea e os impactos na bacia leiteira de Ribeirão Preto-SP. In: PAULILLO, L. F.; ALVES, F. (Org). **Reestruturação agroindustrial**,



políticas públicas e segurança alimentar regional. São Carlos: EDUFSCAR, 2002. p. 153-221

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil.** 35 .ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. (colaboração de Denise Elias). São Paulo: EDUSP, 2008.

VILELA, D.; BRESSAN, M.; CUNHA, A. S. **Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Brasil.** Brasília, MCT/CNPq/PADCT, Juiz de Fora: EMBRAPA-CNPGL, 1999. 211p.

